

**O SERENO. UM GUERRILHEIRO
EM ESTALINEGRADO**

Livro de
José Ramon Rodrigues
(Moncho de Fidalgo)

Disponível no boletim de encomendas

RENOVAÇÃO EDIÇÕES

Periódico Bimestral
Nº 16. Maio, Junho, 1997

Gralha

Com mais 4
páginas. O
catálogo já é
independente

Agressiva campanha pró- militarista nas escolas



MILUCHO

O Estado não pode permitir que siga aumentando o número de objectores, insubmissos e a consciência antimilitarista.

p.8

Legalização das drogas: umha aposta pola saúde



ROSA VEIGA

Umha visom actual e progressista do complicado tema. Artigos de opinião e experiências do seu tratamento político.

p.4,5

Convocadas eleições

No dia 5 de Maio, o secretário geral do PP na Galiza, José Cuinha, anunciava eleições para 19 de Outubro. Fraga, de novo candidato, afirmava: «queremos que sejam em domingo, para conseguir que a gente vote». Cinco meses antes, observa-se já umha forte campanha eleitoral. Começou a guerra de sondagens e o actual presidente deixou entrever a possibilidade de os seus oponentes andarem a criar conflitos para lhe tirar a maioria absoluta, conflitos na sua opinião inexistentes.

Guimarães capital da Lusofonia em 1998

A pouco mais de 150 km. de Vigo e Ourense fica a cidade que foi escolhida como Capital da Lusofonia para 1998. Os eleitores foram os representantes da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Americano-Asiáticas (UCCLA). Depois de reunirem-se em Assembleia Geral em Macau, decidiram que Guimarães suceda a esta cidade na nomeação anual. Na base desta escolha estiveram a crescente dimensão cultural que está vindo a assumir Guimarães, com actividades como os «Encontros da Primavera», o «Festival de Música de Tradição Europeia», o «Festival de Teatro Gil Vicente» ou o «Guimarães Jazz», e a colaboração e atenção que o município vimaranense tem dedicado à generalidade dos países africanos com língua portuguesa (PALOP).

A deliberação, que apanhou de surpresa o presidente da Câmara, António Magalhães, foi recebida com agrado e interpretada como umha oportunidade privilegiada para a projecção de Guimarães no plano internacional. A própria Câmara manifestou: «Aproveitaremos para associar esta nomeação, e os actos e celebrações que preparamos, à candidatura da nossa cidade a ser declarada património da humanidade, candidatura que será apresentada à Unesco para finais de 1997 ou princípios de 1998».

Para a Galiza tem um significado especial. O facto de ter sido esta cidade o berço da nacionalidade portuguesa colocou o galego medieval numha situação ótima: vir a converter-se no português actual. Com a ideia de nação surgida em Guimarães, a língua da faixa atlântica começou a denominar-se português, auspiciada pelos avanços para o Sul da Reconquista. Na actualidade, após séculos, não podemos esquecer que o território onde conservamos a denominação de galego se encontra num difícil caminho de normalização linguística. A necessidade de dá-lo a conhecer em eventos como o de Guimarães parece evidente. As razões são simplesmente de conhecimento mútuo, um interesse que, tradicionalmente, foi causa comum na nossa intelectualidade. Lembremos que a conservação do galego não passou só pela pervivência no meio rural, como também pelas minorias que nunca deixaram de ter contactos com o tronco cultural comum.

Anulado uso exclusivo do galego na administração educativa

Desde o passado quatro de Abril, a Conselharia de Educação e Ordenação Universitária não poderá fazer uso exclusivo do nosso idioma nas relações, documentos e actos administrativos. O Tribunal Superior de Justiça da Galiza, declarou inconstitucional a «imposição» da língua galega nas relações mutuas e internas das administrações.

O Tribunal modifica, com esta decisão, três apartados do decreto de 14 de Setembro de 1995, onde se falava do uso exclusivo do galego nas administrações próprias. A modificação produziu-se ao ser tomado em consideração, só em parte, um recurso apresentado pela «Asociación Gallega para la Libertad del Idioma». Segundo o citado recurso da AGLI, esta sente-se também prejudicada pelo facto de que se permita o emprego do galego na educação infantil e que na primária e na secundária duas matérias do Currículo Escolar devam ministrar-se no mesmo idioma. No entanto, a mudança destes pontos não foi aceite pelo tribunal. O decreto de 95, deixava a critério dos Conselhos e dos Claustros de cada centro a possibilidade de ministrar todas as matérias escolares em galego e explicitava que a obrigatoriedade de duas era só um começo, um passo para a normalização.

Objecto fiscal às despesas militares

Um ano mais estamos obrigados a fazer declaração dos rendimentos. Alguns dos teus impostos podem-se desviar a associações e objectivos que tu decidas. A tua contribuição às despesas militares pode ir para outros fins.

p.2

Entrevista a Míni, um dos fundadores de «Fuxan os Ventos»

Vinte anos depois segue viva a mensagem de «Fuxan os ventos». Analisamos com um dos seus fundadores a vida do grupo, o passado e presente do país, a música e a cultura.

p.3

Quais são os limites territoriais?

Um novo trabalho, esta vez de Alexandre Banhos, membro da Agal, acrescenta dados e informações sobre um dos principais problemas do nacionalismo, os limites do país.

p.6

Música, língua, palestra pública...

Som as já habituais secções que têm cabida nas nossas páginas.

p.7

Objecção fiscal na «Renda 96»

Assim como a insubmissão, a objecção fiscal é um acto de desobediência civil. O mesmo Estado que obriga todos os homens a permanecerem nove meses num Serviço Militar encaminhado à defesa da unidade de Espanha, obriga também a todos os cidadãos galegos a pagar uma parte dos seus impostos ao Ministério de Defesa. Deste jeito, o pagamento destes impostos faz-nos cúmplices do sistema belicista internacional, da militarização mundial e da repressão da nação galega. Só por meio da desobediência civil, exercida em parte pela objecção fiscal, que ano após ano vai aumentando, chegará a revolução antimilitarista.

Junto com a insubmissão e sem excluir a objecção ao exército, é o movimento mais decididamente antimilitarista. Além de evitar o pagamento ao Estado desvia-o a causas que colaboram com diferentes movimentos sociais.

Se acreditas no teu país e não estás disposto a colaborar com o exército espanhol, tens a oportunidade de desviar fundos para a causa galega: a Objecção Fiscal. Da tua declaração anual dos rendimentos, o Estado dedica 5% a despesas militares. Trata-se de investir este dinheiro em causas que consideres justas e que verdadeiramente te defendam. Para isto nos formulários da declaração, e na página correspondente à liquidação (pág. 5 da declaração simplificada), uma vez tenhas calculado a quota líquida (ponto 89), poderás deduzir 5% dessa quantia situando este montante no ponto 90, substituindo o texto que aparece à esquerda por: DEDUCOM POR



OBJECÇÃO FISCAL ÀS DESPESAS MILITARES. Além disto terás de juntar um justificante de depósito desta quantia na conta da associação que julgues conveniente (se desejas colaborar com a Gralha, pode ser a conta de Meendinho, 2091-0450-48-3040036144 de Caixa Galiza), assim como um manifesto dirigido ao Director da Agência Tributária no que declares que por razões de consciência não desejas colaborar com o exército espanhol.

Por outra parte, na pág. 1, os pontos 6 e 7 são referidos à percentagem dedicada à igreja católica e a outros fins sociais, respectivamente. Neste caso aconselhamos-vos preencher o que vós escolhais, pois apesar de que o impresso especifica: «De nom marcar nengum, entende-se que opta pelo 7», conhecemos o caso de uma funcionária que marcava sistematicamente o ponto 6 sem consultar previamente com os declarantes.

Pensionistas já superam assalariados em número

No nosso país o número de assalariados é tão baixo que já tem sido superado pelo número de reformados e pensionistas, numa quantidade de 10000 pessoas.

Os dados extraídos do Inquérito de População Activa, e da Junta de Pessoal do governo galego, são referidos ao último trimestre de 1996 e mostram qual é a realidade actual do emprego na Galiza.

Os dados mostram que 24% dos trabalhadores e trabalhadoras têm alguma das três administrações por chefe e cobram os seus ordenados do erário público. Têm só 75,6% dos empregados trabalham no sector privado.

Analisando o sector público a Junta é o principal empregador, pois emprega a 63607 pessoas incluindo o Serviço Galego de Saúde (Sergas) e os organismos autónomos. O Estado é o segundo dentro dos patronos públicos pois gera 222581

Empregados segundo situação profissional

Cifras em milhares	Nº	%
Assalariados	541.500	60,2
Empresários	278.700	31,0
Cooperativistas	78.600	8,7
Ajudas Familiares	700	0,1
Outros	899.400	100

Empregos no sector público

Administração Junta	63.607
Adm. Estado espanhol	22.581
Empresas estatais	19.644
Concelhos e Deputações	19.803
Universidades	5.807
CRTVG	685
Total	132.127

Emprego por sectores

Sector privado	409.373	75,6%
Sector público	132.127	24,4%

empregos enquanto que os Concelhos e Deputações têm trabalho a 19803 pessoas.

Analisando a população por tramos de idade e sexo, as mulheres e os jovens são os mais prejudicados. O emprego juvenil é de 39% enquanto que ao falarmos de menores de 25 anos, só 22 de cada 100 possuem posto de trabalho. No referente especificamente ao emprego feminino, este é inferior a 30%.

editorial

Com excepção do franquismo, nunca na história recente deste país se tinha notado tanto uma mudança do governo do Estado nas formas. Parece que voltam os velhos tempos, aumenta a presença policial na rua, e o autoritarismo e a prepotência nos mandos policiais voltam a ser os de há 30 anos. Repressão, sem sentido da medida nem da oportunidade, de qualquer manifestação, com Fraga e Diz Guedes justificando a mão dura para impor o respeito à «pacífica convivência».

Criam a polícia de bairro e até os municipais, tradicionalmente mais humanos, são os donos da noite. Sem reparar nas formas, controlam bares e estabelecimentos nocturnos frequentados pela mocidade, com encerramentos de locais argumentando problemas de respeito aos horários.

Mas nem só na polícia voltam velhos tempos, os políticos da direita resgatam dos roupeiros as mantilhas espanholas para saírem nas procissões da Páscoa. Nunca estas tiveram tanta cobertura na comunicação social: transmissão em directo das procissões na Espanha, com comentários radiofónicos simultâneos. Todo isto faz-nos pensar que as mínimas conquistas sociais das que desfrutamos podem ser mudadas desde o poder.

Outros dados desta involução são os referidos ao Exército espanhol. Cada dia saem nas TVs as suas façanhas «pacifistas» pela Europa a fora; mesmo nunca um primeiro-ministro espanhol tinha sido tão abertamente pró-militarista. As lágrimas dos familiares dos uniformados ao despedi-los, e sempre a foto ou a imagem com noiva ou com uma criança ao colo. Como a sociedade não acaba de aceitar o abuso militar impõem planos para fazer-nos mais atractivo o nauseabundo.

Daqui seguiremos a apostar, como garantia de futuro, pelo antimilitarismo e pela nossa independência cultural e política.

breves

Assaltada embaixada Japonesa

Um novo assalto, esta vez por parte do exército golpista peruano às ordens do ditador Fujimori, à embaixada Japonesa em Lima.

A acção acabou com a vida dos catorze membros do MRTA (Movimento Revolucionário Tupac Amaru) que desde Dezembro tinham ocupado a sede diplomática para chamar a atenção internacional sobre a situação sócio-económica do seu país e o estado dos cárceres e presos políticos.

ERC retirará bandeiras espanholas

As juventudes de ERC (Esquerda Republicana de Catalunya) iniciam uma campanha contra os símbolos do Estado na Catalunha que inclui a retirada de bandeiras espanholas de edifícios oficiais e organismos públicos. JERC, pretende entregá-las todas no Palácio da Moncloa no dia 11 de Setembro, festividade da Diada de Catalunya.

O secretário geral, Camil Ros, explicou que levam retiradas até o momento mais de cinquenta bandeiras. Também vão retirar placas com símbolos falangistas e cartazes e indicadores de ruas com nomes relativos ao franquismo, assim como as que estejam em espanhol.

Elias e Ramiro em liberdade

Elias Roças e Ramiro Paz, os moços que se acolheram a insubmissão nos quartéis, ficaram em liberdade provisória depois de passarem dois meses na cadeia militar de Alcalá de Henares, em Madrid. O juízo militar celebrará-se no dia 16 de Maio na Corunha. A

concentração de apoio convocada a nível nacional será no mesmo lugar: Juiz Togado Militar, na praça de Azcárraga dessa cidade.

Galiza Nova contra o desemprego

O passado 3 de abril, Galiza Nova (Mocidades do BNG) convocou uma jornada de mobilizações e «paros» ao longo do país contra o desemprego e a precariedade laboral da mocidade.

Perto de 3500 pessoas concorreram à convocatória participando nas manifestações de 15 cidades e vilas galegas, destacando-se pela assistência, as de Betanços e Carvalho (umas 400 pessoas em cada).

O «Paro» foi seguido por 8000 pessoas, nomeadamente nos liceus de Compostela e Ferrol.

A actual taxa de desemprego situa-se à volta dos 20%, dobrando-se esta cifra no caso do desemprego juvenil, e chegando a 46% no caso das mulheres menores de 25 anos que querem trabalhar.

A isto soma-se a marginal situação que vivem moços e moças em activo, obrigados a aceitarem contratos-lixo, enquanto os contratos fixos não chegam, no caso da mocidade a 2% do total.

Queimado «Lazo Azul» na Corunha

No 19 de abril, o «Lazo azul» que pendurava na Casa do Concelho foi queimado por três moços e uma rapariga que fugiram depois de plantar-lhe lume.

O laço de três metros tinha sido colocado uma semana antes em solidariedade com os sequestrados pela organização independentista basca ETA.

O emblema ardeu em questão de segundos, caindo ao chão cinzas e restos de tecidos. O lume tisonou a balaustrada do edifício afectando os muros.

Estudantes

Independentistas de Ourense qualificam como questão de dignidade impedir que um professor da Universidade Laboral «viva entre nós». Este sindicato estudantil acusa o professor de Geografia, Santiago Pérez, de racista e discriminador, assim como de ter insultado

alunos e alunas com qualificativos como putas ou terroristas.

Sentimento

Nacional, é o que trata de avaliar habitualmente o Centro de Investigações Sociológicas da Espanha (CIS).

Segundo os seus dados, na Galiza 35,7% da população sente-

se mais galega que espanhola e 7% unicamente galega.

Uma percentagem de 43,7% da gente sente-se também espanhola como galega e 12,6% mais espanhola ou só espanhola. Outro dado é que 64% considera Galiza região e 16% diz que Galiza é uma nação.

José Luís Ribas (Míni)

Este país nom tem memória histórica

Se algum grupo musical merece o qualificativo de comprometido socialmente, esse foi sem dúvida «Fuxan os Ventos». Entrevistámos um dos seus fundadores, que nunca abandonou o trabalho artístico, as actuações, e a recolha de música e estrofes populares, José Luís Ribas (Míni). Actualmente continua o seu labor no grupo «A Quenlla».

Podemos falar da «geraçom Fuxan os Ventos» pois muita gente descobriu o contraste social rural-urbano, Galiza-Espanha com as suas letras e música. Disto há mais de 20 anos e ainda seguem a soar as suas canções. «Sementeira», «A Carolina» e outros temas já fazem parte da nossa tradição musical. «Fuxan os Ventos» demonstrou que se podem vender discos transmitindo mensagem e ideologia, musicando os nossos poetas e sem renunciar às próprias raízes.

Beatriz Árias

Fala com tanta paixão do ensino como da música; tanta, que nom saberíamos a qual delas chamar a sua profissão. Muito singelo e directo, vê-se logo que é polifacético. Umha pessoa que dedica tempo a plantar árvores, à horta, às abelhas... Leva a conversa dum tema para outro, pausadamente. Gosta do protótipo renascentista, aquele que reflecte sobre todos os aspectos da vida, que nom se reduz à especialidade. Queixa-se de perceber na actualidade umha forte negaçom da palavra: «Se nom falas, se calas, estás-te comprometendo também com algo». Destaca a sua reivindicaçom da liberdade em todas as ocasiões: «É a única arma, a saída para seguirmos vivos. Os que no-la coutam sabem que é mui perigosa e nom a vam dar, há que consegui-la. Foi a mensagem que eu pretendim dar e que «Fuxan» e «A Quenlla» pretendem dar».

Como membro fundador desses grupos, como foi o processo?

Míni. - «Fuxan os Ventos», no começo, foi umha série de casualidades. Existia um coro de raparigas num colégio do bispado de Lugo. Dirigia-as o padre Jesus Mato, e como precisava de gente, chamou-nos e ensinou-nos polifonia, galega fundamentalmente. Isto coincide com o aparecimento do movimento folk noutros lugares do Estado. Alguns moços e moças, depois de ensaiarmos com o coro, reuníam-nos para cantar canções do folclore universal. Quando o grupo se consolida começámos a actuar por aldeias, em teleclubes. Por volta de 74 ficámos no grupo os que propiciávamos cantar só em galego. Nas actuações falávamos com a gente e começámos a descobrir outro mundo que nom nos mostraram nos estudos. Lemos autores proibidos naquela época, musicámos poemas de Cabanilhas e também de autores novos. «Fuxan os Ventos» ideologizou-se de baixo para cima, quer dizer, nom saímos de umha teoria e fazemos música, senom que fazendo música chegamos a umhas conclusões. Há diferenças com a teoria de «Voces Ceives». Eles renegam da gaita, da música tradicional, porque dizem que isso é umha volta atrás, conservadorismo. Nós pensamos que as reivindicações e mudanças há que fazê-las começando por baixo. Até o ano 77 ou 78, dedicámo-nos às actuações em vilas e aldeias levando mensagens como o de desmascarar

a autonomia. Na realidade demos lenha à direita e à esquerda e assim nos criámos inimigos, que ainda hoje temos. «Fuxan» continua no ostracismo e nom aparece nas Histórias da Música. Nós fizemos a cançom do Lelo, pedindo umha escola em galego quando nem sequer se falava de dar galego na escola, nom por nengumha consigna, senom porque víamos a realidade de rapazes que nom aprendiam nada por nom lhes falarem na sua língua. Tirámos à luz as histórias dos «passeados», os assassinados por

" Há músicos vetados, igual que intelectuais, escritores e filósofos »

serem antifranquistas, que nos contava a gente, e assim outros assuntos.

O êxito obtido demonstra que as letras comprometidas, com qualidade musical, vendem?

Míni. - O segredo de «Fuxan os Ventos» foi juntar a música tradicional, ou às vezes de autor com elementos tradicionais, com letras de combate. Aqui a palavra é básica, pois no nosso folclore o instrumental só existe pouco, apenas em certas danças. Também coincidiu no momento propício, no que a gente queria escutar aquilo. Estava a terra em condições, caiu a semente e saiu para cima.

Há entom umha geraçom de «Fuxan os Ventos»?

Míni. - Sim, na realidade, nom é só de «Fuxan», senom de cantautores, de grupos de teatro, de manifestações, de ideologias...

E como relacionarias essa geraçom com a actualidade?

Míni. - A actualidade é produto daquela época, do inexperientes que fomos. Deixámo-nos roubar tudo. Roubárom-nos os símbolos: a bandeira, a vanguarda da língua, quer dizer, a palavraria da vanguarda do galego, porque o galego segue estando aí como umha exigência absoluta. Mas os «charlatães» instaurárom-se na história. Desta maneira, os que dizem defender a normalizaçom do galego som os que antes o negavam. O estigma passou de ser galeguista a ser nacionalista. Agora o nacionalista é o que diz nom, o radical. A

nossa geraçom vivia numha nuvem, incluído o grupo. O ambiente era falso. O facto de que alguns membros de «Fuxan» nos fôssemos tem certa relaçom. Estivemos dous anos sem nos dedicar à música até que formámos «A Quenlla». Voltámos porque tínhamos necessidade de seguir dizendo cousas.

Mas hoje observamos que há grupos que se dedicam a utilizar o galego só para a «caralhada» e até algum que tem letras verdadeiramente sexistas.

Míni. - O problema está quando o cantor perde o papel que tivo ao longo da história, que é o de cantar a realidade. Hoje, evidentemente, nom se pode cantar a malha porque este trabalho já nom se realiza, haverá que falar de outra problemática. Actualmente há umha negaçom total da palavra porque compromete, e foge-se do compromisso. Quicá se estão cantando as próprias vergonhas, as próprias contadições. Há que ter em conta como fôrom educadas as novas gerações: apesar dessa «nuvem», nem a escola nem a sociedade se galeguizárom. A transmissom que nós tínhamos de país a filhos hoje realizam-na em maior medida os meios de comunicaçom, que, ao nom programarem música galega, estão-lhe negando à gente nova essa continuidade. Há músicos que estamos vetados na televisom, igual que muitos intelectuais, escritores e filósofos. Vejo que há qualidade no que se fai mas às vezes muita confusom. Como um país tam rico em folclore nom tem um Arquivo Institucional dedicado ao tema?.

Às instituições, que papel lhes adjudicarias a respeito da música?

Míni. - Na actualidade está sendo tremendamente negativo. Metem o nariz, nom nos deixam trabalhar, nom nos deixam em paz. Que fechem as subvenções e se dediquem a fazer infra-estruturas!. Estám só promocionando a quem lhes interessa. Eu tenho papéis assinados polo Sr. Fraga numha época na que estávamos «fichados» e logo, quando se apresentou às eleições, vejo-o falando da geraçom «Nós», de Risco, de Cabanilhas e digo-lhe: -Você proibiu-me a mim falar galego, negou-me ler esses autores, os nossos poetas, a Castelão; por favor, cale, deixe-o já. Este país nom tem memória histórica, nom lembra que muitos desses que está votando eram os que reprimiam antes. Eu soube há pouco que Francisco Vázquez era inspector de



Míni e «A Quenlla» recolhêrom mais de 14.000 cantigas populares.

trabalho e por ordem dele foram à cadeia comités de empresa por reivindicações justas, e Romai Becaria assinou actas de detençom de gente que lutava pola democracia. Onosso problema é nom ter memória histórica. Apesar disso eu creio no país e vejo que há novas gerações

«Roubarom-nos os símbolos: a bandeira, a vanguarda da língua...»

defendendo-o e demonstrando que a cultura funciona.

Ademais de estar vetados, nom vos automarginalizais às vezes?

Míni. - Automarginalizamo-nos porque cantamos onde queremos, quando queremos e o que queremos. Exercemos a liberdade. Claro que eu falo da supressom de subsídios, da nom ingerência, desde a visom da «Quenlla», de umha gente com experiência, à que nom lhe dam medo as cancelas que lhes colocam. Mas é necessário criar circuitos porque à gente nova que começa com ilusom si que lhe podem afectar. Saem grupos interessantes, temos umha poesia impressionante, umha literatura bestial, música, arte, e além disso somos um povo engenhoso. Há outras cousas vantajosas, os galegofalantes já exercem de galegos. Se isso acontecesse há vinte e cinco anos! Nos tempos de «Fuxan», a maior revoluçom nom

foi cantar em galego senom sair apresentando e falando galego. Lembro que nos primeiros recitais em «verbenas», entre orquestra e orquestra, a gente nom sabia se bater palmas ou lançar-nos pedras. Fôrom quotas que se conquistárom.

Crês entom que continua havendo grupos bons?

Há, mas poucos utilizam a cançom. Hoje há problemáticas fortes como a das quotas lácteas ou a da frota pesqueira, a única aventura conquistadora que Galiza tivo, que nom se tratam. A consciência cívica é o primeiro que haveria que adquirir. Noutros países, tractoradas como as que houve, suporiam umha greve geral. Precisa-se de solidariedade e o poder deve combater-se, pô-lo em questom. Isso formula umha sociedade dinâmica, culta. O artista nasce desse espírito crítico, nom reproduz esquemas. Muito mal o faria «Fuxan» se se dedicasse a cantar tal como faziam os velhos, se nom tivesse umha motivaçom estética e ética.

Nom compartilhas, portanto, que se cantem cantigas populares com troços em espanhol só por serem assim recolhidas?

Míni. - Há que ter em conta que, às vezes, recolhemos restos muito estragados. Além disso, na Galiza importárom-se cantos. Por exemplo, há alalás asturianos que se identificam perfeitamente. Nom se pode crer que o que o povo diz é «sacrossanto». Se o trabalho que fazemos é mostrar ao público o folclore agachado, devemos aplicar uns critérios. Numha pandereitada, é evidente que alguém botava umha cantiga em castelhano, às vezes mesmo por escarnecer. Agora, o lógico, o normal, é seleccionar.

Drogas: legalizaçom,

O tema das drogas sempre esta rodeado de preconceitos, interesses e temores. Esquecemos que diferentes géneros de droga formam parte da nossa vida diária, e som usados por milhares de pessoas que, dependentes ou nom, funcionam socialmente. Tam só umha pequena minoria acaba numha tóxicodependência séria. As causas nom estão numha primeira inalaçom fatal, mas em factores de ordem social ou psicológica, marginalizaçom, solidom, desamparo emocional na infância, possivelmente os mesmos factores que levam ao alcoolismo. O mais irracional é a separaçom entre drogas legais e ilegais.

Lupe Ces

A morte dum bebé por ter consumido metadona vem pôr de manifesto mais umha vez que a problemática do consumo das drogas ilegais segue a ser fundamentalmente um problema de marginalizaçom social.

Os meios de comunicaçom utilizáram a situaçom sócio-familiar da mãe e pai do bebezinho para tirarem rendimento dumha nova que ia vender de certeza. O abandono ao que tinham submetido a vários dos seus filhos, o seu passado toxicodependente e o seu presente de desintoxicaçom fôrom utilizados para vender umha nova que doutro jeito nom ocuparia nem meia coluna dum jornal. Pensai o que venderia a nova se o bebé morresse por ingerir lixívia na cozinha, deixada por desleixo ao seu alcance. Tampouco seria novidade que o bebé falecesse por acidente de trânsito provocado por um descuido ao volante. O consumo de drogas ilegais e as condições de pobreza, amoreamento e marginalizaçom, é o que lhe deu a transcendência que tivo nos meios de comunicaçom. O mesmo poderíamos falar das mortes por overdose, ou da delinquência gerada polo comércio e consumo destas substâncias ilegais. Mais umha vez os meios de comunicaçom só ficam na tona da questom sem analisarem além do que a sua voluntária miopia política e os Conselhos de Redaçom lhes permitem.

Desde que no ano 1961 o Convénio Unico de Estupefacientes, sob a tutela dos EUA, e com o voto favorável de 60 estados membros das Nações Unidas, aprovou a divisom entre drogas ilegais e legais, consagrou-se a nível internacional umha catalogaçom que para nada está baseada em critérios de saúde. Pensemos que na Europa nos próximos anos vam morrer dez milhões de pessoas polo tabaquismo, enquanto que polo consumo de haxixe ou marijuana, nom se produzirá absolutamente nengumha. Há que pensar, pois, noutros interesses para fazer a distincom entre drogas ilegais e legais e reflectir por que as ilegais coincidem com as assumidas dum jeito maciço dentro da cultura dos países do Terceiro Mundo, enquanto as legais pertencem culturalmente a Ocidente.

Som muitos os tópicos que se têm implantado na nossa sociedade sobre o consumo de drogas e das suas consequências. O mais estendido pode ser aquele que assegura que provar umha droga significa toxicodependência. Nós temos a prova no álcool, tam vinculado à nossa cultura para desmenti-lo. A maiores sabe-se que 50% da populaçom menor de 30 anos tem provado as Canabíneas, mas só 20% é consumidora habitual. 10, 4 % provou a cocaína e apenas 3,8 % o fai com assiduidade. Com a despenalizaçom das drogas leves na Holanda no ano 76, comprovou-se



«As drogas ilegais coincidem com as assumidas dentro da cultura dos países do Terceiro Mundo, enquanto as legais pertencem culturalmente a Ocidente»

que o consumo nom aumentava em relaçom aos países do seu entorno. Um estudo realizado entre os anos 83 e 85, demonstrou que só 15% da populaçom entre 15 e 35 anos, ocasionalmente consumia um charro. Esta quantidade duplicava-se na Alemanha e chegava a 60% nos EUA, onde o seu consumo é ilegal.

As leis que restringem o uso e venda de certas substâncias estupefacientes fazem coincidir a vítima com o delinquente. O Estado amordaça deste jeito o direito individual a modificar o estado de ânimo, a percepçom... dirigindo o jeito de aproveitar o ócio ou indicando a maneira correcta de divertir-se.

A busca de prazeres e sensaçom nom é má em si mesma. Mesmo há gente que os procura realizando actividades que põem em perigo imediato a sua vida (ponting, escalada, corridas de velocidade...). Nom é o uso moderado, senom o uso excessivo de certas substâncias, o que pode trazer um efeito negativo sobre a sociedade. No caso dalgumhas drogas ilegais como o haxixe e a marijuana é raramente apreciável.

O que sim está a ter consequências devastadoras para a nossa sociedade é a ilegalidade na que se realiza o comércio de estupefacientes. A delinquência, o sofrimento para as famílias de consumidores com dependência, as mortes por overdose e adulterações, as infecções graves por umha incorrecta administraçom... som algumas das consequências que está a sofrer gente das classes populares, que mesmo nalguns bairros de cidades galegas se têm levado por diante a parte dalgumhas gerações. Só indicar que nos cárceres as três quartas partes das pessoas presas,

estão-no por delitos relacionados, directa ou indirectamente, com o consumo e tráfico de substâncias ilegais. Só para aliviar todo este sofrimento compensaria já legalizar o consumo e venda de estupefacientes. Quando um delito, antes desconhecido, cresce apesar da repressom, indica que nos encontramos perante um processo de reorganizaçom moral da sociedade.

Há outras consequências nom menos graves à hora de analisar os efeitos que sobre nós tem o comércio ilegal. Para além da falta de controle sanitário, de qualidade e de preços, este tipo de actividade tem consolidado na Galiza mafias de traficantes com redes estendidas por todos os aparelhos de poder e controle. O negócio especulativo do século tem infiltrado deste jeito muitos estados, e também, em nome da cruzada antidroga, têm-se promulgado leis que logo som aplicadas para reprimir os movimentos populares. A Audiência Nacional pode ser um bom exemplo do que estamos a dizer. A luta contra a droga consegue o apoio cidadão para umha instituiçom que o que persegue é limitar as liberdades civis e negar os direitos aos povos.

Mas som os EUA quem levam a palma a nível internacional das mais altas quotas de hipocrisia em relaçom ao consumo e tráfico de drogas. O Gendarme Mundial tem imposto à Tailândia sanções por querer restringir a importaçom de tabaco americano, a droga mais letal, em termos absolutos, do mundo. As multinacionais Chesterfield e L&M, acabam de comprometer-se a dedicar 2,5% dos seus benefícios anuais para compensar os danos sofridos polos 46 milhões de estadunidenses drogodependentes dos

seus cigarros. A guerra contra o narcotráfico está a ser utilizada para penetrar nas cúpulas dos aparelhos militar, executivo e de inteligência dos estados da América Central e do Sul. Indonésia, Paquistão, Afeganistão, Nicarágua... as guerras revolucionárias fôrom combatidas também com o enriquecimento e ampliaçom das mafias do comércio ilegal. Essas mesmas mafias som as que logo pagam o terrorismo internacional ianque, o que eles chamam: contra-insurgência ou conflitos de baixa intensidade.

Os últimos assassinatos na Galiza, as conexões com as forças repressivas espanholas e os indicadores de altos índices de implicaçom nas redes do narcotráfico de políticos, magistrados... fazem com que a demanda da legalizaçom seja hoje umha reivindicaçom que aposta pola saúde da nossa sociedade em todos os âmbitos e desde a significaçom mais global que tem a palavra.

A última Cimeira Europeia sobre Tráfico e Consumo de Estupefacientes reconheceu que a repressom nom tinha sido, nem a soluçom, nem mesmo um freio para o consumo. Nos últimos cinco anos houve um aumento no número de mortes, sobre todo polo consumo das chamadas drogas de desenho, devido às más condições de fabricaçom. As mafias do comércio ilegal nom têm escrúpulos à hora de adulterar o produto para tirar maiores ganhos. Só as vozes mais reacçionárias seguem vendo mais perigos na legalizaçom que em manter a situaçom como está. Nesse sentido fazia umhas declarações o Presidente do Plano Contra as Drogodependências à Rádio Galega. Araújo assegurava, para rejeitar a

legalizaçom, que «ao aumentar a oferta aumenta a procura», como se falando de drogas pudéssemos fazer umha análise tam simples.

Também desde posturas de esquerda se vê a legalizaçom como umha ameaça à necessária transformaçom social. Muitas pessoas pensam que, sobretudo a mocidade, ficaria adormecida por um consumo que se estenderia como a pólvora até aos últimos cantos do nosso país. Muitas destas posturas nascem dum conceito equivocado dos comportamentos sociais, de pensar que as chamadas massas carecem de vontade fora do que som as suas vanguardas e que a manipulaçom social é algo absoluto. Nascem também dum projecto social excessivamente dirigista e proteccionista, onde os direitos individuais nom som tidos em conta. Mas os direitos individuais nom som o património da revoluçom burguesa. Nom som valores burgueses, enquanto esta classe nom pode garantir a sua universalizaçom, senom que reduz o seu desfrute a umha classe privilegiada. Portanto a liberdade individual aparece como um valor importantíssimo nos projectos sociais revolucionários do próximo século. Liberdade e diversidade, na criaçom, na produçom, no lazer, na busca científica, no jeito de relacionar-se, etc.

A defesa hoje da legalizaçom está aparelhada à reivindicaçom e promoçom da saúde, e já vimos que nalguns aspectos (controle da qualidade, formas de administraçom, controle de preços, delinquência) já o está directamente. O tímido passo dado por Holanda há onze anos, está a ter resposta organizativa em toda Europa, onde distintos colectivos, mais ou menos activos, reivindicam a legalizaçom da marijuana e as Canabíneas. Em Compostela o colectivo PACO (Plataforma Antiproibicionista de Compostela) já começou a dar os seus primeiros passos. Mas é no âmbito internacional onde se podem dar soluçom reais e menos conflituvas ao problema da legalizaçom. O legal pode-se controlar.

O controle da produçom, da publicidade e a gestom, poderia orientar-se para um nom crescimento, reduçom ou mesmo reconversom do negócio. Além disso, os programas informativos, educativos e preventivos, fariam-se sobre umha base mais real do que de verdade implica o uso de estupefacientes, umha vez tirada a carga de marginalizaçom e criminalidade que tem o consumo.

O debate sobre o modelo de sociedade que queremos construir para a Galiza do século XXI, está sem dar-se. Penso que este é um dos grandes freios que tem metido o seu desenvolvimento. Eva comeu a maçã. Temos de pensar que esse momento de liberdade, de opçom individual, deveu ser mais feroso que toda a eternidade de castigos e imposições.

umha aposta pola saúde



«A única maneira de travar a crescente prosperidade e influência do narcotráfico é a legalização»



É o tratamento indiferenciado, a condenação em bloco das diferentes drogas, o que fomenta o consumo irresponsável, desinformado e, em consequência, arriscado. Nos Estados Unidos há jovens que fumam um inofensivo charro de marijuana com a mesma sensação de transgressão da lei com a que fumam um de heroína, substância que, com o tempo, os pode fazer dependentes. Estes jovens desinformados chegam a Amsterdã desejosos de provar o que encontram, com tal de que seja umha substância proibida no seu país. Esta perigosa atitude é impensável num holandês habituado aos «Cofeeshops», onde a gente consome com liberdade cigarros ou bolachas elaborados com cânhamo. O obscurantismo oficial sobre o tema das drogas converte-as em mais perigosas do que som na realidade.

Pode que os casos de dependência de medicamentos, antidepressivos ou calmantes, sejam mais numerosos que os da heroína, mas esta dependência se desenvolve no circuito «limpo» da consulta médica e portanto nom é objecto de debates éticos. Se os médicos proporcionassem heroína de maneira controlada aos dependentes graves, sairiam do círculo fechado do roubo e a dose, deixariam de ser um problema criminal e seria mais fácil o seu tratamento. Que isto nom se faga, tem mais a ver com um tabu moral que com critérios clínicos.

Segundo os partidários da legalização há razões de peso para supor que a venda despenalizada de certos estupefacientes, além de arrancar o negócio à mafia dos narcotraficantes, conduzirá à auto-regulação no consumo ao gerar mais consciência sobre os seus

efeitos. Foi o que aconteceu com o ópio a princípios de século. A despenalização será ainda mais positiva se se acompanha de campanhas de prevenção e advertência, como já acontece com a nicotina, o álcool e certos medicamentos. A ilegalidade impede a prevenção, ou pelo menos o eventual uso recreativo da droga sem o perigo real de cair na dependência. As teorias proibicionistas mostraram sempre bastante desdém pelas motivações psicológicas e sociais que estão na base da procura de drogas. Nom quigérom buscar as causas. Muito polo contrário, utilizárom a droga como produtora e justificadora de toda a classe de mecanismos disciplinares e repressivos: deu lugar a diferentes brigadas policiais, séries televisivas, ataques racistas e até intervenções armadas na América Latina.

Liberalização: Holanda

Os Países Baixos seguiram, desde os anos sessenta, umha política heterodoxa consistente numha ampla tolerância para o consumo de drogas. No entanto, perseguírom o comércio e criárom programas assistenciais para os toxicódependentes.

Com o mesmo pragmatismo que no século XVII a converteu no centro dum activo mercado de livros proibidos na altura, nom apostou pola erradicação do mal, mas pola chamada «limitação de danos». Esta política deu-lhe ao país fama internacional como paraíso da droga. Os protestos deixárom-se ouvir e mesmo, nom há muito, centos de vizinhos das vilas do norte do Estado francês deslocárom-se a Roterdã, com os seus Presidentes de Câmaras Municipais comunistas à cabeça, para protestarem polo que consideram um foco de irradiação da droga para o seu país. No entanto, os dados indicam que os Países Baixos têm a percentagem menor de toxicódependentes de toda a Europa, exceptuando Irlanda. Assim, no ano 1993 contavam com 20000 drogodependentes enquanto que Grécia, o país mais repressivo e proibicionista, contava na mesma data com 150000. O princípio liberal, e muito holandês, que apela à própria responsabilidade e permite todas as opções individuais sempre que nom se dane a outros, parece ter demonstrado as suas vantagens. Portanto, de serem os Países Baixos os escarnecidos a nível europeu, passárom a ser um exemplo a seguir. Deste jeito, em lugares como Suíça, Grécia, Estado francês, e até Alemanha, vai-se impondo gradualmente o convencimento de que a única maneira de travar a crescente prosperidade e influência do narcotráfico é a legalização. Esta política está começando sobre todo a nível municipal, às vezes de costas aos próprios governos, que continuam sendo formalmente proibicionistas. Em cidades muito afectadas como Zurique, Hamburgo, Amsterdã e Francoforte, experimenta-se abertamente com a criação de zonas toleradas e a administração gratuita de heroína aos doentes.

Repressom

Na Itália, o governo socialista de Craxi adoptou no ano 1990 umha das leis mais duras contra a droga: a posse de um grama de marijuana (umha dose que produz um efeito equivalente a umha taça de conhaque) era castigada com condenações de entre dous e seis anos de prisom. O efeito desta medida foi devastador: Num ano a população carcerária duplicou-se e, além disso, um quarto dos presos por droga, resultou infectado de SIDA.

Nom pensemos que o Estado espanhol está melhor. As consequências dos anos repressivos aparecem nas cifras: 85% do espaço nas cadeias está ocupado pola delinquência derivada da toxicódependência e 60% dos 120000 dependentes estão infectados polo vírus da SIDA.

Tendo em conta que os mitos da droga fôrom superados nas gerações novas, a teoria do proibicionismo perde consistência. Estes mitos, hoje rejeitados, som fundamentalmente dous:

O primeiro é o mito heroico. Associado com a imaginação e a produção artística, funcionou já desde começos de século, com os românticos alemães, franceses e ingleses, que consumiam ópio e morfina. Retomou-se, através do haxixe e a marijuana, nos anos 60, num ambiente juvenil contestatário. Mas ao ir-se democratizando o consumo, baixando de escala social, foi-se desfazendo o tóxico; sobretudo ao verem as novas gerações as consequências devastadoras da heroína na figura do «yonki» desleixado e desesperado. Portanto, para a actual geração de jovens, a velha imagem heroica da droga como estilo de vida está superada. Hoje em dia há mais gente que consome drogas leves esporadicamente, em forma recreativa e sem dar-lhe ao facto um valor simbólico.

O segundo mito, principal sustentador do proibicionismo, difundiu a falsa ideia de que todas as substâncias têm os mesmos efeitos e, depois de provada umha, passa-se irremissivelmente a outra pior. Esta versão empenha-se em ignorar o facto de milhares de pessoas usarem droga e, dependentes ou nom, funcionarem socialmente. Esquece-se que diferentes géneros de drogas fazem parte da cena nocturna e discotequeira e que só umha pequena minoria termina na dependência séria. As causas da dependência nom estão numha primeira, supostamente fatal, inalação, mas em factores de tipo social e psicológico como a marginalização, a solidão ou o desamparo emocional na infância; provavelmente os mesmos factores que levam ao alcoolismo.

DANA

O único fabricante de jogos de rol em Galego Português

DANA
Marcom-Marcom 29
36158 Ponte Vedia

agante

CANTON DO S. BIEITO, 4
COMPOSTELA

16

O-Dezaseis

• Casa de Xantar •

Rua de Sam Pedro, n.º 16
15703 Compostela
Tel. (981) 57 76 33

A F O U E

B A I U E A

11

IRMA D I N H O S

Quais som os limites territoriais?(II)

A Temporalidade das estruturas políticas

Os estados som fenómenos temporais, como toda a construçom humana. A raia, a fronteira desse território, define e, por sua vez, separa o território de outros espaços geográficos com outras realidades estatais.

A raia tem que ter com cada tempo histórico a sua representaçom. Em qualquer livro de história dá-se a sincronia, exceptos num caso, nos livros de ensino primário, onde todos os estados se apresentam um pouco para os mais cativos como umha espécie de verdades eternas. Nessa socializaçom que se produz na escola, o estado parece existir fora do tempo.

Povo e território

É um facto de modo quase geral estabelecido, pois as excepções som muito raras e peculiares (ciganos), que a existência de todo o povo vai unida a um território, território que nom é eterno e permanente, ainda que sim tem umha estabilidade superior às dos estados, e tem uns limites polo geral claros na sua determinaçom.

O caso galego é do mais claro, ninguém pode ter dúvidas de qual é o espaço geográfico que ocupamos os galegos e a Galiza no estado espanhol, há um território que se nos apresenta sempre inçado de factores comuns, revestidos por umha comúm língua, que em fermosas palavras de Pessoa, é a pátria verdadeira, que ocupa o território administrativo da C.A. da Galiza e polo leste de norte a sul inclui o território até à serra do Ranhadoiro, o Berço e as Portelas da Seabra. Fronteiras étnicas de grande estabilidade e que se mantiverom assim nos últimos dous mil anos.

Numha perspectiva histórica a Galiza tivo formas estatais próprias e distintas faces de tipo territorial-administrativo: província romana com a sua capitalidade em Braga; Reino dos Suevos (capital em Braga), a faixa ocidental da península até abaixo do Mondego; Reino da Galiza que antes da sua fractura chegava até o Tejo, Portugal nasce no ventre da Galiza, e ninguém pode questionar se era a mesma nacionalidade.

A fronteira sul da actual C.A. da Galiza, nom é a fronteira da Galiza, senom a raia do estado espanhol. A Galiza polo sul está separada, limitada actualmente pola fronteira dumha realidade alheia a ela, o estado espanhol. Esta é a fronteira da Espanha e Portugal mas nom a fronteira dum continuum comum que se mantém além das superestruturas estatais políticas.

A organizaçom administrativa do Estado Espanhol

O estado espanhol por meio do Decreto (conhecido como «Javier de Burgos») de 30-11-1833 toma outra feitura, dissolve juridicamente os antigos reinos (até entom seguia existindo legalmente o reino da Galiza) e reorganiza o estado espanhol em novas unidades administrativas chamadas províncias. Na parte noroeste fica com quatro destas unidades administrativas, de funcionamento do estado, e logo dum processo com vacilações e mudanças vinhérom a constituir a actual comunidade autónoma. O que se nom pretendeu em nenhum caso, foi definir a Galiza e muito menos o seu território.

A Galiza e o seu território para a tradiçom nacionalista

Para todo o nacionalismo galego até à guerra civil estava claro o tema do território da Galiza no estado espanhol. No primeiro texto político e legislativo, o Estatuto autonómico de 36, o facto de as quatro províncias espanholas nom representarem a Galiza, expõe-se claramente quando se abre o caminho para a incorporaçom a essa autonomia de outros territórios.

O franquismo foi umha ruptura brutal no decorrer do nacionalismo galego, que começa a renascer a começos dos anos 60.

O fenómeno, aliás curioso, é que a Galiza actual nom se define a partir de sim própria, senom que se define a partir das estruturas das que se dota o estado espanhol. Na Galiza actual a raia nom leva à mínima reflexom significativa, no que é esta a respeito de Portugal.

Para o nacionalismo galego actual dominante, o território provincial diria-se desenhado por um protonacionalista galego, o ministro isabelino Javier de Burgos.

Mergulhados na ucronia

Em toda a literatura histórica que se produz na Galiza projecta-se o actual quadro territorial da Comunidade Autonómica, como umha realidade fora do tempo, que nom tem lugar neste, umha ucronia, umha espécie de verdade divina estabelecida aí por alguém cheio da sabedoria dos deuses.

Isto nom se produzia antes, nom passou polas mentes dum Bento Vicetto, nom estava no provincialismo e regionalismo galegos, nom estava nos homens das Irmandades da Fala, nom estava no nacionalismo republicano, nom estava em Emílio Glves. Lopes, nom estava em muitos que se achegárom à história do país.

Todo o que sai agora projecta o quadro de Javier de Burgos desde o paleolítico inferior, nalgum livro de texto escolar já aparece esse quadro geográfico com os dinossauros. E isto faise por obras como as que está a publicar A Nosa Terra ou as que edita Galaxia, Xerais, ou qualquer outra editora galega, e muitas vezes enroupadas sob a couraça do nacionalismo galego.

Na Galiza actual quando se projecta desde o nacionalismo que realmente conta, se está projectando o estado espanhol. É muito difícil deste jeito avançar como povo, e além disso às vezes o problema é saber para onde.

Alexandre Banhos (Agália 46)

música

Skornaboís

«O Verme Homicida». Chorima 1997

Já era hora!! Por fim a maqueta de um dos grupos mais interessantes do panorama musical da Galiza. Skornaboís apresentam-se com um longo percurso através de centos de concertos por todo o país e fora dele, porém faltava-lhes a edição dum trabalho para o gosto dos seus adeptos. Com novas forças e a nova fichagem de Iván Lage no baixo fazem um percurso de novos e velhos temas nesta maqueta.

«O Verme Homicida» parte com umha grande qualidade de som, por parte dos estudos «Areamaster» de Vigo, nos sete temas e o remix do segundo tema, que conformam umha maqueta muito compacta e fresca. Assim podemos notar a mestiçagem que envolve este trabalho a modo de rap, reggaemuffi, punk e mesmo umha pequena dose dance no último tema. As influências levam-nos ao que se denomina o «Rock de Combate», umha cheia de grupos contestatários e coerentes com a situaçom que lhes toca viver, assim notamos um grande influxo dos bascos Negu Gorriak, os internacionais Mano Negra e o paisano Antom

Reixa, assim como um apontamento final no derradeiro tema que nos avisa dos gostos polos novos grupos rapeiros que mesclam a música dance, com guitarras potentes e rapeados contundentes; assim a onda dos Senser, H-Block ou Dog eat Dog, aparecem reflectidos neste último tema.

Em geral, temos umha maqueta com umha grande qualidade e umha apresentaçom da mesma muito bem elaborada. No tocante às letras, som de salientar os temas «A brosa do verdugo», «O verme homicida», a emotiva 12/8/75 (canto de pranto pola morte do revolucionário galego Moncho Reboiras) e «Nom finjamos mais!!» (crítica ao nacional-autonomismo galego).

Assim, de todos os temas fico com os seguintes: «A brosa do verdugo», «Cam de Palheiro», velho tema destes quatro rapazes da Marinha que recorda o tema «Humeilak» dos Negu Gorriak, 12/8/75 e a remasterizaçom do tema «A brosa do verdugo» pola sua grande valentia e originalidade.

Parabéns para todos eles por este trabalho que realça um pouco mais a música de combate que se está a fazer na Galiza e que como dizem eles: «A mocidade dum povo que canta, essa nunca morrerá!!».

Seném



língua

MDL promove boicote a TelePizza

O Movimento Defesa da Língua (MDL) levou enfrente umha campanha de denúncia pública da empresa transnacional TelePizza, a que se tinha negado na Corunha à contrataçom de umha moça polo simples facto desta falar o nosso idioma.

A citada campanha, consistente na distribuiçom de autocolantes e brochuras explicativas por todo o país, acompanhada do envio de notas de imprensa à comunicaçom social, pretende informar à opiniom pública da agressom contra os direitos linguísticos da comunidade galega, que empresas como TelePizza levam a efeito, passando a falta de respeito por formas de racismo cultural como a que se denuncia.

A empresa TelePizza, afectada polo boicote promovido, já reagiu, editando os seus novos folhetos publicitários em bilingue, onde o nosso idioma adquire umha forma subsidiária do espanhol, tanto no lugar no que se coloca, sempre em segundo plano, quanto na sua forma: ortografia, morfologia, léxico, etc.

Fraga Iribarne defende bilinguismo em Braga

Fraga defendeu em Braga o indefinível «bilinguismo harmónico», dentro dos actos celebrados no 23º aniversário da Universidade do Minho.

Além de lembrar-lhes aos assistentes os artigos referentes ao Galego na Constituiçom Espanhola, Estatuto de Autonomia, e Lei de Normalizaçom Linguística, Fraga Iribarne, significado perseguidor do nosso idioma na sua etapa de ministro franquista da Informaçom, assinou um convénio de três milhões de pesetas anuais para que a Junta financie professores, materiais bibliográficos e actividades nessa universidade.

Justiça seguirá a ser espanhola

A língua oficial da justiça é o espanhol. Esta foi a resposta a umha pergunta de Francisco Rodrigues, deputado do BNG no Parlamento do Estado a respeito da adequaçom da justiça à nossa realidade.

Na sua resposta o executivo lembrou que segundo o artigo 231 da Lei Orgânica do Poder Judicial Espanhol, «em todas as actuações judiciais os juízes, magistrados, fiscais, secretários e demais funcionários usarão o espanhol», ainda que se poderá usar a língua própria da «Comunidade Autónoma» se nenhuma das partes se opõe.



janela da língua

Por Konstantino Graphia

Ho importante desta reflexión non hestá en dicir ke hacademias he hinstutitos non fan nada (non remunerado) polo idioma, sinon hen kos komplexos non hestán na xente sinon na propia linhua.

Pro ho que ninjén save he has boltas ke tibemos ke darlle há tarteira pra traducir ha famosa serie de TV hó kastrapo. Ho problema hestaba hen ke non se podia heskribir *J. R.* porke, koma a letra "j" non hesiste na nosa jrafia, sería darlle-la razón hós lusistas. Si o chamabamos "X. R." aberia ke dizir "Xiserre" he si lle puñamos "I. R." leríase "Ierre" porke aínda que somos foneticistas ha letra non se chama "xota" senón "xota", ke fai coma mais fino. Ho kaso hé ke namvojosdous kastos ninjén ho identificaria kó *J. R.* da TVE.

Pro aí xurdiu ha hinbentiba, ha hinspirazió he ha hespirazió ke karakterizou sempre hó ILG he konbertimos "Jr.", habrebiatura hinjlesa de "Junior" nun nome propio "Iotaerre" hesklusivamente jalejo. Non teño bervas pra deskribir ha hemozió he sentin nakel vautizo, soio komparable há ke fixo vrotar has vajoas nos meus hollos kando ha nosa kreatura dixo por primeira vez papá, hé dicir, kando Iotaerre, en pleno Dalas, nos mirmismos *IU.ES.EI.* dixo kon toda ha naturalidade do mundo: "Baiche voa Bilavoa, miña ruliña".

Pra harredondear ho konto dezidimos hinkluido no santoral. Xisele Menthés Serrín hofrezeuse koma axiógrafo he hestá ha heskribir ha berdadeira historia de San Iotaerre, vispo de Constantinopla, patrón de Tegen Ata he protektor dos alitosos. Sofreu martirio ha mans dos erexes lusistas ke lle fixeron komer hunha pota de sopa de letras composta só de "ç", "lh" he "nh", mais non hakadaron ke harrenejara da sua fe na santa ILGesia.

S. IOTAERRE

Kada bez ke me fan hunha hentrebista justame repetir hunha frase ke dixen ai huns hanos porke hasemade de hatopala moi hinxeniosa parezeme ka reiterazió he ho método didáktico máis hefikaz, koma hadeprendin na mili: "Tra-la creazió da TVG, X. R. fixo máis polo jalejo ka toda-las hacademias, hinstutitos he medios de komunikazió porke a xente hakostumouse a heskoita-lo jalejo na telebisió he konberteuse nunha linhua sen komplexos".

paleta pública

Por «Informaçom Obreira»

Para algunhas pessoas isto nom é desejável desde umha postura de «pureza» lingüística, e certas inovações som consideradas inapropriadas, incómodas...

As feministas independentistas temos claro que a defesa e conservação do nosso património cultural nom está em contradicção com a evoluçom. Queremos manter viva a nossa língua, nom que seja um fóssil, e ser capazes de fazê-la mudar e adaptar-se aos novos tempos.

Por que a linguagem é sexista? Quiçá seria mais fácil de entender se adoptamos umha perspectiva histórica e nos situamos nos tempos em que os homens dominavam hegemonicamente o mundo do saber (e o resto do mundo): arte, ciência, pensamento, história, etc. O homem escreveu a história do seu ponto de vista, depois de silenciar a voz da mulher chegou a pensar que a sua voz era a única suficiente e genuinamente representativa da raça humana; ser mulher era ser inferior e portanto menos humana (também houve debate sobre se tínhamos alma). Isto também fizo criar um vocabulário específico para todo o relacionado com a mulher, entre o paternalista e o pejorativo, quando nom denigrante.

Hoje a ruptura da hegemonia masculina é um facto --ainda longe de um verdadeiro equilíbrio--; por isso, assim como fazemos um esforço para substituir o nosso vocabulário castrapizado polo correcto galego, também o podemos fazer para mudar e eliminar as expressões sexistas da nossa fala e escrita. E fazê-lo nom é fácil: estamos a reinventar o mundo, nom há quase nada feito, nom existem fórmulas dadas, como as anteriores, que digam como deve ser; mas devemos contar com a vontade e a imaginação. Nom há que obsessar-se porque se nos escapem «espanholadas» e «machistadas», mas sim ser conscientes e lutar contra aquilo que de colonizados/as e machistas ainda conservamos.

lexico-grafando

Topónimos... os nossos!

Cumpre começar por recuperarmos o nome legítimo do país, **GALIZA**, símbolo da nossa dignidade como naçom. Já o dizia Carvalho Calero, somos um país que nom sabe como se chama.

E cumpre recuperarmos tantos outros topónimos acastrados ainda hoje. Eis alguns exemplos significativos: "Lama Má" aldeia espanholizada como *La Mamá* e regaleguizada «logicamente», como *A Mamá*; "Ogrobe" do pré-romano *Ocobrix* (e onde agora vam convocar um referendo para ver se lhe põem *O Grove*, *Ogrove* ou *Ogrobe*, como se a Democracia entende-se de Gramática ou de Regras Ortográficas); "Porto d'Ozom" e "Portozinho", nestes nom repararam em que na comarca do Barbança sesseiam e daí veu o evocador *El Puerto del Son* e o orientalizado

Portosín, só que os de *Portosín* vam polo caminho e nom polo camini; "Agrela" umha agra pequena que se converteu na «fêmea» do grelo e deu nome a um polígono industrial

corunhês; "Ribadeu" maioritário ainda entre os falantes da vila e o único respaldado pola Língua e a História; "Maceda de Trives" e "Cabeça Grande", nestes paga a pena



demorar, pois perdêmos a memória de que quando o nosso era um reino normalizado, existiam nele dous concelhos de igual topónimo, que se diferenciavam pola comarca à qual pertenciam: **Maceda da Límia** e **Maceda de Trives**, a primeira safou dos ventos castelhanistas, enquanto a de Trives ficou como *Manzaneda* e os ventos, de tam fortes que zoavam deram em mudar a sua montanha mais alta, **Cabeça Grande**, em *Cabeza de Manzaneda*, agora afamada *Estação Invernal*.

Além disso, na nossa toponímia pervivem arcaísmos que devemos respeitar como, p.ex., "Santa Jia" paróquia de Monfero, onde hoje a forma tradicional só se conserva entre os falantes de mais idade, o que favoreceu que recentemente fora «regaleguizada» como *Santa Xuliana*.

Por último, recordemos que no nosso idioma os topónimos nom levam o artigo no nomenclátor e assim escreveremos: **Corunha**, **Porto**, **Póvoa** ou **Porrinho** e nom *A Corunha*, *O Porto*, *A Póvoa* ou *O Porrinho*, ainda que sim poda contrair o artigo quando vaia diante de umha preposiçom, p.ex. «O pam do Porrinho» ou «Parou na Póvoa». Deveremos pois desterrar, por alheias ao nosso idioma, expressões como «Paco Vasques governa em A Corunha».

Jorge Martins Gestal

Curso anual de Português

Convocado recentemente pola Universidade do Minho de Braga. A sua duração é de dous semestres, o primeiro de 06/10/97 a 14/02/98 e o segundo de 02/03/98 a 30/05/98. As pessoas interessadas têm de praço até 30/06/96. Os custos som de 10000 esc. mais 45000 esc. por semestre. Interessados escrever:

Instituto de Letras
Campus de Gualatar
P-4710 Braga Codex
Portugal
Temos também informaçom

sobre cursos de verão nesta e noutras universidades podemos-la enviar a quem o solicitar.

Sons de Luita

O projecto do Colectivo Irmandinho de Vigo é umha nova distribuidora de música autogestionada, independente e comprometida. Distribuem diversos selos discográficos como Chorima, Gridalo Forte, Capitã Swing, Esan Ozenki, Potencial

e também...

Hard Core, Karatulla... Abrangem múltiplos estilos de música: ska, reggae, punk, h. c., rap, fussion.

Pede o catálogo ao Apartado 3242; 36200 Vigo.

Galiza na Rede

É já umha realidade na Rede um novo grupo que foi criado há pouco por companheiros do Ca-

ad. O "Newsgroup" é para realizar intercâmbio de informação sobre notícias culturais e de qualquer outro tema referentes à Galiza. Para escolher o nome do colectivo fizérom falta muitas discussões, para que ao fim tivesse êxito o nome galego e nom a sua tradução para espanhol. Se quieres contactar na Rede com eles podes fazê-lo através do endereço electrónico: soc.culture.galiza.

Dia dos enganós

Desde a *Gralha* fomos pioneiros na reivindicaçom do «Um de Abril» como próprio. Neste ano, houve quem convocou a toda a redaçom esse dia para sair pola noite de festa. E quase todo o mundo acudiu, mas o convite era nas cidades de cada um. Assim fomos por separado, e à mesma hora, a encontrarmo-nos com o autor do engano em Vigo, Ourense, Sárria, Compostela, ... O um de Abril vam os burros onde nom devem ir!!!

Agressiva campanha pró-militarista nas escolas

No passado mês de Abril o governo espanhol publicava umha ordem ministerial para desenvolver na sociedade umha «cultura de defesa» e atalhar a «escassa implicação» que, segundo o Poder Executivo, mostram os cidadãos nestes temas. A citada medida logo se levou à prática, pois a «província» de Lugo foi umha das escolhidas para experimentar umha agressiva campanha propagandística em 52 centros de Educação Secundária.



X.M. ALBAN

Actualmente existe um total entendimento entre o poder político e o militar.

Desde princípios de Maio, os centros de ensino estão a receber cartas com um amplo relatório sobre as profissões que oferece o Exército. Nestas propõe-se-lhes aos próprios liceus a organização de conferências que seriam dadas por membros do Centro de Recrutamento de Lugo. O calendário destas conferências propagandísticas está-se a elaborar por ordem de interesse, acudindo primeiro aos que assim o solicitem. Tal como aparece no relatório recebido nos liceus, vão fazer especial incidência nos salários que, com umha média de 1200000 pts. por ano, podem resultar muito atractivos para umha juventude castigada polo desemprego em todo o país. Isto fai-se especialmente relevante na zona lucense, que compreende algumas das comarcas menos desenvolvidas e industrializadas de toda a Galiza. Às razões económicas une-se a desinformação existente no lugar sobre a insubmissão e a objecção de consciência, fazendo especialmente sensíveis estes moços à pressão ideológica que os militares exercem ao entrarem nas suas escolas a falarem desde umha palestra. Tendo em conta que os conferencistas utilizarão meios audiovisuais para convencerem o jovem auditório, pode-se dizer que os tanques entrarão em breve nas escolas.

A principal razão do «Ministério de Defesa» para promover esta campanha é a de atalhar o afastamento e desvinculação que

observam na sociedade a respeito dos assuntos de segurança e defesa do Estado. Assim o afirmou o ministro espanhol Eduardo Serra, quem se propu: «melhorar a percepção por parte da gente sobre a necessidade da defesa». Reconheceu que a sociedade não vê as Forças Armadas como um «bem público» e que não apoia as despesas militares. A propaganda nos liceus e Universidades, assim como nos meios de comunicação, centrará-se na demonstração dos labores civis que nalgum caso concreto realizou o Exército: extinção de incêndios, vigilância da pesca nas águas internacionais ou localização de barcos narcotraficantes. Insiste-se nestas tarefas, lógicas e normais de qualquer estado, sobredimensionando-as e fazendo-as aparecer como heróicas aos olhos da juventude. O ministro falou de que o Exército «tem como fim primordial a protecção das suas vidas, dos seus direitos e liberdades, do seu bem-estar e prosperidade», não especificando a que se direitos se referia.

Na apresentação do «Plano para melhorar a consciência da defesa nacional» defendeu-se também o aumento de despesas militares, pois, disse o ministro, «não podem ver-se como despesas alternativas às outras actividades prioritárias como a educação ou a saúde, mas como cimento

dessoutras actividades». Também se especifica que o plano pretende dirigir o processo de profissionalização do Exército espanhol para que se garanta a captação da futura tropa profissional, bem como tratar de que um número suficiente de jovens optem pelo cumprimento do Serviço Militar nos três anos que restam com o actual sistema. Lembremos que no ano passado se disparou o número de solicitudes de objecção, perante o anúncio da futura supressão da «mili».

Outro aspecto do plano apresentado é o de dotar de maiores meios o Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos para que se encarregue de intervir em foros de debate, actos culturais, etc. onde se discutam aspectos políticos, tratando de relacioná-los com a necessidade de um exército forte. Também se pretende fomentar o associacionismo dos veteranos e criar um grupo de personalidades civis que formem um «Conselho Consultivo» para assessorar o Instituto de Estudos Estratégicos e o próprio ministro.

As conclusões do plano apresentado reiteram a necessidade de fomentar a espanholidade, pois o ministro afirma que «se não se concede valor ao que somos e se crê que não merece a pena defendê-lo, a sociedade pode ter a percepção de que não vale a pena gastar dinheiro no exército».

é umha opinião

de José M. Aldea*

AMI OU CIG

Não é exagerar dizer que muitas gentes deste país vimos e vemos na ascendente Assembleia da Mocidade Independentista, AMI, um imprescindível futuro organizativo do independentismo. Depois do lamentável auto-extinção da Assembleia do Povo Unido, APU, a única referência novidosa do independentismo foi a AMI. As primeiras páginas nos jornais espanhóis, a presença nos telediários, as declarações de Diz Guedes, as detenções de militantes, sobredimensionaram e adiantaram o nascimento dumha organização juvenil, que muitas vezes se viu ultrapassada pelos factos e por um poder espanhol que necessitava umha conexão Basco-Galega para satanizar o movimento independentista. O labor do aparelho propagandístico seguiu além dos seus objectivos aumentando a presença, e contribuiu a centrar as expectativas do nacionalismo juvenil mais dinâmico na AMI.

Às pessoas que conformam a AMI, por inexperiência ou por falta de meios, é-lhes tremendamente difícil articular umha resposta à altura dos repto dialécticos e das acusações dos media espanhóis. As campanhas, longe de ser geradas por iniciativa própria reduzem-se a ser resposta das que lhes obriga o delegado do governo nas suas declarações-acusações, ou nas suas constantes detenções de militantes. A ingerência policial na vida da jovem AMI segue a ser esmagadora, detém gente por colar cartazes, por repartir folhetos; produzem-se visitas policiais aos domicílios particulares e liceus, conversas com famílias... Todo o mundo pode imaginar o que isto supõe em rapazes e raparigas de 14, 15 ou 16 anos que estão a entrar e tomar contacto com o independentismo.

Enquanto isto ocorre, as gentes doutra idade seguem sem dar organizado algo sério, que sirva para absorver a pressão do poder e colocar outros colectivos independentistas como «inimigos públicos» do Diz Guedes. Dentro de todo este panorama desnortado, resistir não é pouco e os e as militantes desta organização seguem a alcançar o melhor das suas vidas à causa da liberdade nacional.

Ultimamente, e como lógica reacção a um compromisso no que cada dia se fai mais difícil levar o peso dumhas siglas, está-se a

produzir um pequeno desembarco noutras organizações, principalmente o sindicato CIG. Estas, com os seus meios económicos e infra-estrutura, fazem que seja mais levadeiro trabalhar polo país sem renunciar aos seus postulados independentistas: não só é necessário deixar de lado as próprias siglas. Sempre que a militância não tenha transcendência pública, deixam-nos escrever correctamente, usar telefones, locais, meios e infra-estrutura para acudir a manifestações, ou para fazerem cartazes. Mas nunca os poderes fácticos e correntes maioritárias dentro do sindicato vão permitir um reboto do independentismo no seu interior. Lembremos a acção da CIG: quando foram as detenções de destacados membros do sindicato acusados de pertencer ao EGPSC, foram expulsos imediatamente polos seus «companheiros» nacionalistas antes de terem sido condenados polos juizes espanhóis.

«trabalhar hoje em dia polo independentismo desde dentro da CIG é quando menos ilusório»

Por possibilismo e comodidade de trabalho contemplamos como alguns dos melhores quadros da AMI estão a investir a sua actividade política em estereis campanhas dentro dum macrossindicato no que nunca poderão tem palavra mais que em certos papéis e congressos de carácter interno. Pretender trabalhar hoje em dia polo independentismo desde dentro da CIG é, quando menos ilusório, muito mais tendo em conta que deveria ser prioritário a urgente e necessária consolidação das siglas da AMI dentro da sociedade, fazendo campanhas próprias, novas e imaginativas para conformar a vanguarda independentista.

Adiante a Assembleia da Mocidade Independentista!

* o autor é membro do Grupo Meendinho

dixo-me...dixo-me



Que já está pronta a gravação do novo trabalho de «Chouteira». Em breve editarão o seu segundo CD, que desejamos supere em êxito o anterior.

Que «Xenreira», depois de boatos de separação, arranhou os pequenos problemas internos com a incorporação de novos instrumentistas. Logo acabará a sua particular tournée.

Que, e vai outra musical, não só sabemos que já se começa a falar do próximo disco de Diplomáticos. Os arroutados da Corunha não se dão por vencidos.

Que Cuinha Crespo no discurso proferido durante a homenagem que lhe fizeram a Adolfo Domínguez quando as suas empresas começaram a cotizar na bolsa afirmou: «Umha solução para os problemas da Galiza seria clonar a Adolfo». E ficou tranquilo o Conselheiro.

Que o «Manual Prático para Jornalismo Orgânico», deveu ter umha ampla repercussão em todos os meios de comunicação galegos. Quando se fala de todo o relacionado com SOGAMA, projecto para a resolução do problema do lixo na Galiza, nunca, e dizemos nunca, se utiliza a palavra «incineração». Riqueza lexical.

